

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.482.662 - DF (2014/0032814-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : MURILLO DE ARAGÃO  
**ADVOGADO** : WILLIAM DE ARAÚJO FALCOMER DOS SANTOS E OUTRO(S) - DF020235  
**RECORRIDO** : IGNÁCIO DE ARAGÃO - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : IGNÁCIO DE HOLANDA CAVALCANTI PACHECO DE ARAGÃO  
**ADVOGADOS** : MARCOS JORGE CALDAS PEREIRA E OUTRO(S) - DF002475  
TADEU RABELO PEREIRA - DF009747  
RUY JORGE RODRIGUES PEREIRA FILHO E OUTRO(S) - DF001226  
EDUARDO DE BARROS PEREIRA - DF013529  
ANDRÉ DE BARROS PEREIRA - DF014324  
ANA LUÍSA RABELO PEREIRA - DF012997  
**ADVOGADA** : TAYANA TEREZA DA SILVA RIBEIRO - DF026561

## EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MURILLO. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INVENTÁRIO. DOAÇÃO INOFICIOSA E SONEGAÇÃO DE BEM IMÓVEL. VALOR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EQUIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NSº 7 E 568 DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO

## DECISÃO

Consta dos autos que o ESPÓLIO DE IGNÁCIO DE ARAGÃO, repr. por IGNÁCIO DE HOLANDA CAVALCANTI PACHECO DE ARAGÃO (ESPÓLIO DE IGNÁCIO) propôs ação de indenização por danos materiais e morais contra MURILLO DE ARAGÃO (MURILLO).

O juízo de primeira instância julgou os pedidos improcedentes (e-STJ, fls. 242/246).

O TJDFR negou provimento aos recursos de apelação interpostos pelo ESPÓLIO DE IGNÁCIO e MURILLO em acórdão assim ementado:

*CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INVENTÁRIO. DOAÇÃO INOFICIOSA E SONEGAÇÃO DE BEM IMÓVEL. AUSÊNCIA DE PROVAS. ATO ILÍCITO*

# Superior Tribunal de Justiça

*INEXISTENTE. REPARAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. NÃO CABIMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ INOCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. NÃO CABIMENTO.*

*1. O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito, conforme dispõe o art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil.*

*2. Deixando o espólio autor de comprovar a doação inoficiosa de bens do de cujus a uma das herdeiras, a alegada sonegação de bens não restou comprovada. Assim, inexistente ato ilícito, apto a justificar o cabimento da indenização por danos moral e material.*

*3. Tratando-se de conduta que não se amolda a quaisquer das hipóteses exaustivamente previstas no artigo 17 do Código de Processo Civil, não há como ser imposta qualquer penalidade a título de litigância de má-fé.*

*4. Nas demandas em que não houver condenação, os honorários advocatícios devem ser fixados nos termos do § 4º do artigo 20 da Lei Processual, mostrando-se incabível a majoração da aludida verba de sucumbência, quando observados os parâmetros expostos nas alíneas "a", "b" e "c" do § 3º do mesmo dispositivo legal, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.*

*5. Recursos conhecidos e não providos (e-STJ, fl. 380).*

Os embargos de declaração opostos por ESPÓLIO DE IGNÁCIO e MURILLO foram rejeitados (e-STJ, fls. 414/425).

Irresignado, ESPÓLIO DE IGNÁCIO interpôs recurso especial, fundado no art. 105, III, *a e c*, da CF, alegando, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 12, V, 535, I e II, e 991, I e II, do CPC/73; e, 186, 1.320 e 1.794, §§ 2º e 3º, do CC/02, sustentando: (1) negativa de prestação jurisdicional; e, (2) possui legitimidade para a cobrança de indenização por dano moral, pois é transmissível dada a sua natureza patrimonial (e-STJ, fls. 431/470).

Por sua vez, MURILLO interpôs recurso especial, baseado no art. 105, III, *a e c*, da CF, aduzindo, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73, sob o argumento de que (1) o valor arbitrado a título de honorários não atendeu aos ditames legais, levando em conta a complexidade da causa e grau de zelo do profissional (e-STJ, fls. 518/524).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 537/540).

Em juízo de admissibilidade o apelo nobre de ESPÓLIO DE IGNÁCIO foi admitido (e-STJ, fls. 542/543), enquanto o de MURILLO embora não tenha sido admitido (e-STJ, fls. 544/545), ascendeu a esta Corte por via de agravo, que foi conhecido para determinar a sua reautuação como recurso especial (e-STJ, fl. 595).

# Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação de MURILLO não merece ser conhecida.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

## (1) Dos honorários advocatícios.

O Tribunal distrital manteve a quantia fixada pela sentença a título de honorários sucumbenciais - R\$ 500,00 (quinhentos reais), sob os seguintes fundamentos:

*Destarte, para a fixação dos honorários deve-se levar em consideração o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelos patronos da parte vencedora e o tempo gasto com a demanda.*

*Compulsando os autos, pode-se verificar que a atuação do advogado do inventariante réu compreendeu apenas impugnação aos termos da inicial, não havendo dilação probatória, uma vez que sequer atendeu à intimação quando instado a se manifestar acerca de produção de provas (fls. 214 e 223).*

*Assim, à luz das ponderações acima traçadas e dos critérios delineados pelo artigo 20 do Código de Processo Civil, tenho que a quantia fixada monocraticamente a título de honorários de sucumbência deve ser mantida, uma vez que observados os critérios previstos no artigo 20, parágrafo 3º, alíneas "a", "b" e "c" (e-STJ, fl. 390).*

Na vigência do CPC/73, a jurisprudência desta Corte consolidou o entendimento que a modificação do valor dos honorários advocatícios implicaria o revolvimento de matéria fático-probatória, salvo quando os honorários se revelassem irrisórios ou exorbitantes, por se distanciarem dos critérios legais e dos padrões da razoabilidade, passando a questão a ser de direito.

Esta Corte entende que tendo sido a ação julgada improcedente, não há falar em condenação, sendo os honorários advocatícios fixados de acordo com o disposto

# Superior Tribunal de Justiça

no § 4º do art. 20 do CPC/73, ou seja, consoante a apreciação equitativa.

Na fixação da verba honorária arbitrada com base na equidade, o julgador não está adstrito a nenhum critério ou nos limites do art. 20, § 3º, do CPC/73, **podendo valer-se de percentuais tanto sobre o montante da causa quanto sobre o da condenação, bem como fixar os honorários em valor determinado.**

O TJDFT fixou os honorários no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ressaltando que foram atendidos os critérios dispostos no art. 20, § 4º, do CPC/73.

Assim, a alteração do valor fixado a título de honorários advocatícios somente é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo TJDFT revela-se irrisória ou exagerada, o que não se verifica no presente caso.

Na hipótese do autos, alterar as conclusões da Corte local quanto ao valor da verba honorária, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado.

Confira-se o seguinte precedente:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR IRRISÓRIO. NÃO CONFIGURADO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.*

*1. Ação de execução para entrega de coisa incerta relativa a sacas de feijão-soja. A fixação dos honorários advocatícios não está adstrita aos limites percentuais de 10% (dez) e 20% (vinte) por cento, constante do § 2º do art. 85 do CPC, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou a condenação ou mesmo uma quantia fixa, segundo o critério de equidade previsto no § 8º do mencionado normativo. Precedentes do STJ.*

*2. A alteração do valor fixado a título de honorários advocatícios somente é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada.*

*3. Na presente hipótese, em que os honorários foram fixados com base na equidade, tem-se que alterar o decidido pelo Tribunal de origem à título de verba honorária, demandaria o reexame de fatos e provas vedado pela Súmula 7/STJ.*

*4. Agravo interno não provido.*

(AgInt no AREsp 1.284.752/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 21/8/2018, DJe 28/8/2018)

O recurso não pode ser provido quanto ao ponto em virtude dos óbices das Súmulas nsº 7 e 568 do STJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nessas condições, **CONHEÇO PARCIALMENTE** do recurso especial interposto por MURILLO e, nesta extensão, **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 07 de outubro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator

